

fotos Lidiene Mallmann/arquivo O Informativo do Vale



Estado ainda não acertou mês de agosto e União também falha com sua parte. Municípios avaliam permanência do serviço



Luísa Schardong

luisa@informativo.com.br

» Vale do Taquari

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) está ameaçado no Vale do Taquari. O motivo é a falta de repasses por parte do Estado. O assunto será tema de uma reunião na próxima quarta-feira, em Porto Alegre, entre Casa Civil, Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Taquari (Consisa-VRT) e municípios de base do Samu - Estrela, Lajeado, Teutônia, Arvorezinha e Encantado.

Com custo mensal de aproximadamente R\$ 430 mil, o serviço é compartilhado por 29 municípios. A dívida que o governo gaúcho acumula chega a R\$ 868 mil, em repasses que falham desde 2015. Nilton Rolante, secretário executivo do Consisa-VRT, explica que a manutenção é feita por meio de uma relação tripartite, ou seja, os governos municipal, estadual e federal dividem os

custos de operacionalização do serviço, pelo menos na teoria. "Na prática, o próprio Samu e os municípios têm bancado a conta", aponta.

Segundo ele, só no ano passado, municípios aportaram mais de R\$ 650 mil para tentar tampar o furo do Estado. "Não repassaram agosto, cujo prazo venceu no final de setembro. Além disso, continuamos tentando cobrar o que falta de anos passados." Em 2015, faltaram R\$ 423 mil, enquanto, em 2016, foram mais R\$ 284 mil. Para este ano o rombo é de aproximadamente R\$ 161 mil.

Rolante lembra que os repasses não são fruto de simples acordo verbal, mas de definições via portaria e resolução, o que significa que há determinações sobre ressarcimento dos atrasos. "Se o Estado não se posicionar nesta próxima reunião e não arrumar uma forma de pagar, não tem como dar certeza de futuro ou presente do serviço. Os prefeitos já estão com as finanças muito sobrecarregadas e não se

**ASSISTÊNCIA:**

atendimento móvel de urgência sofre com instabilidade nos repasses estaduais desde 2015

"Se o Estado não se posicionar nesta próxima reunião e não arrumar uma forma de pagar, não tem como dar certeza de futuro ou presente do serviço"

Nilton Rolante,
secretário executivo do
Consisa-VRT

sabe até que ponto podem preencher esse déficit."

A União também peca na sua parte. "50% do recurso deveria ter origem Federal, mas pagam menos de 30%. São mais ou menos R\$ 106 mil quando deveria ser mais de R\$ 200 mil." Ontem, durante entrevista coletiva em Brasília, o Ministério da Saúde anunciou a liberação de R\$ 33 milhões para qualificar o Samu - nenhum centavo veio para o Rio Grande do Sul.

INCERTEZAS

Até o final de outubro, o Consisa-VRT vota o orçamento para 2018, o que inclui o serviço do Samu. Há possibilidade, de acordo com Rolante, que alguns Executivos peçam pelo fim dos repasses que lhes cabem. "Algumas informações e posicionamentos de prefeitos que, na minha opinião, não conhecem efetivamente o trabalho do Samu, falam em abrir mão. O argumento é de que

a ambulância da cidade, às vezes, chega antes do que a Samu no local de um acidente."

Se o serviço cair, aponta Rolante, volta o antigo sistema de atendimento: o município fica inteiramente responsável em assistir envolvidos em acidentes, por exemplo. "Claro que não está certo os prefeitos pagarem o que o governador não consegue, mas é uma escolha. Está na mão deles."



Vereador cobra reforma de muro em creche do Bairro Centenário

Lei que autorizava o conserto foi aprovada em dezembro de 2016. Prefeitura diz que ainda analisa o caso e pensa em ajuizar ação para avaliar responsabilidades



Luísa Schardong

luisa@informativo.com.br

» Lajeado

Carlos Ranzi (PMDB) cobrou o Executivo por causa de uma lei aprovada e sancionada no ano passado e que ainda não foi colocada em prática. O projeto autorizava a reforma de um muro da Escola de Educação Infantil (Emei) Primeiros Passos, do Bairro Centenário, que ficou danificado em novembro de 2013. Um desmoronamento entre a creche e o terreno vizinho

causaram o estrago, impedindo a utilização de boa parte do pátio.

A erosão foi constatada no final de 2015. Com isso, aproximadamente um metro do muro e dois metros da parte gradeada caíram. A direção precisou isolar um portão lateral e recuar em dois metros a área de recreação para não colocar os alunos em risco.

Segundo o vereador, o projeto que fora aprovado ano passado autorizava o Município a receber, na forma de doação em pagamento de uma empresa local, a reforma desse

muro. Esta empresa devia uma multa de R\$ 42,7 mil à Administração, por construção irregular. A ideia, portanto, era trocar o conserto do muro pela quitação da dívida.

Ranzi contou que esteve na Emei para conferir o estágio da obra. "Para a minha surpresa, depois de dez meses da vigência da lei, a obra de recuperação ainda não iniciou", apontou. Ele apresentou o projeto e lembrou que estabelecia prazo máximo de seis meses para conclusão. "Isso precisa ser feito com urgência. A saúde e segurança as



reprodução/Whatsapp

MURO:

Emei teve parte do pátio interditado

Comunicado interno da Prefeitura gerou polêmica

Sérgio Kniphoff (PT) comentou a decisão da Prefeitura de não fazer turno único este ano. "Às vezes é necessário que se faça para contingenciar recursos, como no passado. É uma decisão da gestão e tudo bem. A questão é a continuação do comunicado enviado aos funcionários pelo Executivo", criticou.

Ele usou o telão do Plenário para apontar o texto. "Dizem que a definição se baseia na melhoria de produção e falta de comprovação de economia com o turno único. Eles usaram espaço público na comunicação interna dos servidores para expor cunho ideológico. Este tipo de publicação não é legal e mostra que o estão usando para fazer propaganda política. Cuidado. Não se faz isso."

Mariela Portz (PSDB) rebateu dizendo que não tinha nada errado com a explicação do porque o turno único não seria adotado. "Acho que toda vez que alguém faz uma comparação de atividade com o governo anterior, o senhor fica nervoso. Acho também que esse preconceito parte do senhor. Ninguém está ofendendo o governo anterior", rebateu. "Deveria ter mais calma e cautela." Kniphoff tentou responder enquanto a vereadora ainda falava, mas teve o microfone cortado pelo presidente da Casa, que lembrou que seu tempo regimental já tinha expirado.

crianças e funcionários vêm em primeiro lugar."

Segundo Isidoro Fornari, coordenador de Projetos da Prefeitura, a Administração está ciente da questão. "Estamos olhando para isso e analisando para entender de quem é, de fato, a responsabilidade de refazer esse muro, pois ali não cabe mais uma simples reforma", justifica. "Como engenheiro, julgo que não há estabilidade para que a estrutura sustente todo o aterro do local. Por isso, esse olhar mais atencioso. Não se tomou decisão nenhuma porque talvez entremos com um processo judicial."

TERRENOS

Eder Sphor (PMDB) voltou a sugerir que o Executivo reveja a quantidade de terrenos de que dispõe. Segundo ele, são 1.500 terrenos que valem em torno de R\$ 700 milhões. "Vendendo metade deles conseguiríamos construir dez creches e pavimentar dez quilômetros de ruas", disse.

Segundo ele, o município de Venâncio Aires, no Vale do Rio Pardo, vendeu propriedades. "Fui até entender como fizeram para vender. Podemos fazer o mesmo, estabelecendo edital de concorrência com lance mínimo, a partir de avaliação da Prefeitura. Seria uma bela receita para acabar com muitos problemas da nossa cidade."



Prezados Srs. Usuários do Estacionamento Rotativo da cidade de Lajeado/RS:

REFERENTE: EMENDA MODIFICATIVA e ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 073-01/2017 de 23 de JUNHO de 2017, aprovada pela CAMARA DE VEREADORES em 06 de SETEMBRO de 2017, e sancionada pelo Exmo. Sr. PREFEITO MUNICIPAL em, 28 de SETEMBRO de 2017.

NOVAS REGRAS PARA O ESTACIONAMENTO ROTATIVO

Nada se modifica para o usuário que adquirir ticket à vista (com monitor, ponto de venda ou parquímetro) ou dispor de saldo e utilizar o sistema de débito automático e/ou aplicativo de smartphone (Android e iOS).

Já para aquele que estacionar o veículo e não comprar ticket à vista e nem possuir saldo, será gerado um Aviso de pós-pagamento, que poderá ser quitado ao fim do tempo de utilização do rotativo. Exemplificando: Caso o usuário não tenha pago o Aviso ao retornar de seu compromisso, encontrará afixado no para brisa do seu veículo um Aviso de Pós-Pagamento, (contendo a informação do valor devido), onde o usuário poderá efetuar o pagamento do (s) mesmo (s) aos nossos Fiscais, Monitores, Pontos de Venda Credenciados ou em nossa sede, localizada na Rua Saldanha Marinho nº 401, Centro, Lajeado/RS.

O acúmulo de Avisos de pós-pagamento pode ser de no máximo 5 (cinco) por veículo e cada Aviso é referente a 1 (uma) hora na mesma vaga, podendo receber no máximo 2 (dois) avisos por vaga.

Será considerada situação irregular diante do estacionamento rotativo a permanência de veículos estacionados por mais de 2 (duas) horas na mesma vaga e/ou após o recebimento do 5º (quinto) Aviso de Pós-Pagamento. Nesses casos, o usuário receberá um ticket educativo intitulado "IRREGULAR" e estará sujeito às sanções legais aplicadas pela fiscalização do setor de trânsito da Prefeitura Municipal de Lajeado.

Quanto aos valores dos Avisos de Pós-Pagamento:

1º aviso: R\$ 4,00
2º aviso: R\$ 8,00
3º aviso: R\$ 12,00
4º aviso: R\$ 16,00
5º aviso: R\$ 20,00

Esses valores são acumulativos: caso tenha 5 (cinco) Avisos de pós-pagamento, o valor total pendente será de R\$ 60,00. O pagamento deverá ser feito na sequência inversa, ou seja, do 5º (quinto) para o 1º (primeiro). Exemplo: possuindo 5 (cinco) avisos, poderá ser pago somente o 5º (quinto) (R\$ 20,00), mas em caso de ser notificado com mais um Aviso de pós-pagamento, o valor total a ser quitado será de R\$ 60,00 (visto que o valor do 5º é R\$ 20,00 + o 4º R\$ 16,00 + o 3º R\$ 12,00 + o 2º R\$ 8,00 + o 1º R\$ 4,00 totalizando os R\$ 60,00).

Mais informações podem ser obtidas através do site www.stacionerrotativo.com.br, face book "Stacione Rotativo - Lajeado", e-mail contato@stacionerrotativo.com.br ou ainda pelos telefones 3729-8616 e 3729-8626.

Estas novas regras/procedimentos entrarão em vigor a partir do dia 16 de OUTUBRO de 2017.

Salientamos ainda que os débitos referentes aos AIs emitidos até 11/07/2017 poderão ser regularizados na sede de nossa empresa.

ATENCIOSAMENTE, ADMINISTRAÇÃO DA STACIONE ROTATIVO LTDA.

stacione
rotativo

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO NOVO

O Município de Pouso Novo, em conformidade com a Lei Federal 9.452/97, art. 2º, está informando à comunidade, aos Partidos Políticos, aos Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais, Sociais e de Classe, com sede no Município de Pouso Novo, a liberação por parte do Governo Federal dos seguintes recursos, contabilizados no período de Setembro de 2017.

RECURSOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Piso de Atenção Básica - PAB	R\$ 4.263,00
Estratégia Saúde da Família - ESF	R\$ 4.000,00
Programa Agentes de Saúde - PACS	R\$ 5.070,00
Vigilância Sanitária	R\$ 2.458,95
PMAQ	R\$ 2.200,00
Média e Alta Complexidade	R\$ 205,42
Programa Saúde Bucal	R\$ 2.230,00

RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Salário Educação	R\$ 5.467,91
Merenda Escolar	R\$ 3.384,40
Transporte Escolar	R\$ 2.118,00

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

Lei 87/96	R\$ 1.470,10
FEP	R\$ 6.408,53

Pouso Novo, 10 de Outubro de 2017.

MARCIA LUCIA BALICO - Tesoureira

GUILHERME A. WEIZENMANN - Contador CRCRS 90.166

ALOISIO BROCK - Prefeito Municipal

Seavat reapresenta projeto de sede

Valor de R\$ 4 milhões previsto em 2005 salta para R\$ 15 milhões

RODRIGO MARTINI
rodrigomartini@jornalhora.inf.br

LAJEADO

Nova reunião foi realizada na manhã de ontem na câmara de vereadores para debater a construção da sede própria do Legislativo. Parlamentares, assessores e funcionários estavam no encontro que detalhou o projeto técnico da obra. De acordo com a estimativa dos responsáveis pela planta arquitetônica, o custo pode superar R\$ 15 milhões.

Esse projeto foi apresentado em 2005 pela Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Alto Taquari (Seavat). Na época, estava orçado em pouco mais de R\$ 4 milhões. Ontem, o presidente da entidade na época, o arquiteto João Alberto Fluck, também esteve presente na reunião, junto com o colega da

Seavat, Leandro Eckert.

A construção de uma sede própria para o Legislativo é consenso entre os vereadores. Entretanto, a forma como o presidente da câmara, Waldir Blau (PMBD), conduz o processo desagrada alguns colegas de plenário. Isso porque o peemedebista solicitou abertura de edital para os projetos complementares à obra, sem o aval de toda mesa diretora.

Durante a reunião de ontem, Blau também citou outras propostas para a nova sede. A principal dessas foi apresentada por empresários lajeadenses e prevê a compra, por parte do Legislativo, do antigo cinema Alvorada, na av. Benjamin Constant, esquina com a Bento Gonçalves. O custo será próximo de R\$ 6,5 milhões.

Hoje a câmara funciona em dois andares do Genes Shopping e custa mais de R\$ 20 mil em aluguel todo mês. Já o novo prédio deverá ter cinco mil metros quadrados, quatro andares, 21 gabinetes, cerca de 50 vagas de estacionamento, salas de reunião e plenário com 288 espaços. O local escolhido fica na rua Júlio May, no terreno da antiga Praça Mário Lampert.



RODRIGO MARTINI

Construção da nova sede ainda divide membros da mesa diretora. Blau quer licitar toda obra em 2018

Licitação em andamento

Em setembro, a pedido do presidente da câmara, o governo municipal lançou edital de licitação para contratar empresa responsável pelos projetos complementares referentes à construção do prédio, tudo baseado na planta apresentada pela Seavat, há 12 anos.

O primeiro item do edital prevê “elaboração de projeto das fundações, cortinas de conten-

ção, pisos externos e de subsolo; estrutural da superestrutura (pilares, vigas, lajes, escadas, reservatórios – inferior e superior e cisterna) e estrutura metálica da cobertura do auditório.

Já o segundo item cobra o projeto das instalações elétricas, subestação transformadora de energia e grupo gerador, climatização, ventilação e exaustão mecânica dos ambientes, entre outros. O terceiro item exigido no documento prevê projeto de esgo-

to cloacal com dimensionamento e o quarto e último item é para, entre outros, atualizar o PPCI.

De acordo com a equipe de licitações e compras da prefeitura, uma empresa de **Bento Gonçalves** apresentou proposta de R\$ 103 mil (o edital previa gastos de até R\$ 200 mil com os quatro itens do edital). O processo ainda está em período de recursos. Entretanto, não houve, por ora, qualquer movimentação nesse sentido.

Univates debate a cura gay

LAJEADO

O curso de Psicologia da Univates promove hoje o evento Cura Gay: por que somos contra?. A atividade objetiva discutir a recente liminar que permite que psicólogos tratem a homossexualidade com um processo de “reversão sexual” e debater os motivos pelos quais essa decisão é incoerente com a psicologia.

O evento será realizado no auditório do Prédio 16 da Univates, a partir das 8h30min.

Vereadores aprovam R\$ 50 mil para a Chegada do Papai Noel

RODRIGO MARTINI
rodrigomartini@jornalhora.inf.br

LAJEADO

Os vereadores aprovaram na sessão de ontem a abertura de novo crédito suplementar. Entre os valores, consta a cifra de R\$ 50 mil como forma de repasse para a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), com o objetivo de realizar o evento Chegada do Papai Noel e para o Cortejo de Natal, durante o Lajeado Brilha 2017.

Na mesma proposta, aprovada por unanimidade, foi autorizada a abertura para suplementação da rubrica para Equipamentos e Material Permanente (R\$ 140 mil), reduzindo-se a rubrica Equipamentos e Material Permanente (R\$ 80 mil) e da rubrica Outros Serviços de Terceiros (R\$ 60 mil).

Ainda no mesmo projeto, o Legislativo autorizou crédito suplementar na Lei Orçamentária de 2017 no valor de R\$ 137 mil para “custear despesas com contrata-

ção de empresa para realização de concurso público e para contratar empresa para realização de laudos técnicos de segurança e medicina do trabalho.”

Conforme a mensagem justificativa da matéria, a suplementação se destina a adequar o orçamento para atender despesas com contratos já firmados sob responsabilidade da Secretaria de Administração (Sead). A outra proposta que estava na ordem do dia, prevendo “obrigatoriedade do concerto de buracos”, foi protelada a pedido de Mozart Lopes (PP).

Acordos de líderes

O líder de governo do PP pediu acordo para três projetos de lei protocolados nesta semana. O primeiro desses, que previa a contratação temporária de excepcional interesse público de um Técnico de Informática. Entretanto, os vereadores do Partido dos Trabalhadores (PT) não acataram o pedido para colocar em votação a matéria.



RODRIGO MARTINI

Líder de governo, Lopes (PP) pediu três acordos na votação e levou dois

Já as duas outras propostas foram à votação e receberam votos suficientes para serem aprovadas. A primeira cria o programa permanente de atualização cadastral dos servidores públicos ativos e inativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, denominado Censo Previdenciário.

O segundo acordo aprovado

autoriza o Executivo a firmar cessão de uso a título gratuito com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de uma sala de 25 metros quadrados, localizada na rua Santos Filho, no térreo do Ginásio Nelson Brancher. O imóvel servirá como Posto de Coleta do IBGE para o Censo Agropecuário.

- Cargas e Encomendas
- Armazenagem

DIRETÃO
São Paulo

www.diretaosp.com.br

Estrela: 31 3720-1488 / São Paulo: 11 2954-0164
Porto Alegre: 51 3348-1138 / Santa Cruz: 51 3715-0477

Governo quer incentivar projetos de microcervejarias

Projeto é embrionário, mas deve ser apresentado ainda este ano

RODRIGO MARTINI

rodrigomartini@jornalahora.inf.br

LAJEADO

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agricultura (Sedetag) finaliza os estudos para apresentar, ainda neste ano, um projeto de lei para repassar incentivos às microcervejarias de pequeno impacto, em que se enquadram, também, os chamados *brewpubs*, restaurantes que produzem a própria cerveja.

Quem está à frente da proposta é o secretário da Sedetag, Douglas Sandri. O agente público reforça que o projeto ainda está “em construção”.

Sandri informa que existe apenas uma microcervejaria oficial-

mente registrada na prefeitura. Entretanto, o município, assim como outras cidades do Vale do Taquari, vem sendo reconhecido pela fabricação artesanal de cerveja e chopes.

Em Lajeado, por exemplo, ocorreram diversos festivais de cerveja artesanal, a maioria organizada por contribuintes, sem suporte do poder público. Outros eventos, como o Beer Fest Vale, realizado em maio, foram organizados por clubes sociais da cidade, com apoio de empreendedores do setor.

Projeto semelhante no RJ

Faz pouco mais de duas semanas, a Câmara de Vereadores de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, aprovou projeto de lei do Executivo, semelhante à proposta idealizada pelo governo lajeadense. Trata-se, em síntese, de um incentivo fiscal para o setor cervejeiro.

Naquele município, conforme a nova legislação, ficam definidos os critérios para a definição de micro-



Projeto se espelha em exemplo implantado em Petrópolis, Rio de Janeiro

cervejaria artesanal e brewpubs. O projeto foi elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico a partir de reuniões mensais com representantes do setor e representantes do Legislativo.

Lá, o documento foi analisado pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica e apresentado para o Conselho Revisor do Plano Diretor. O incentivo vale só para empresas cuja soma do faturamento anual de

cerveja e chope não supera o teto do enquadramento previsto no Super Simples Nacional.

Entre os benefícios concedidos em Petrópolis, estão o tratamento tributário diferenciado para os brewpubs e microcervejarias pelo período de cinco anos e a disponibilização, de forma temporária, de áreas públicas para a comercialização do produto, desde que seja de forma coletiva. A lei também estabelece que esse segmento terá certificação.

Famurs aborda Previdência

ESTADO

A Federação das Associações de Municípios do RS pleiteia aumento do prazo de amortização do passivo atuarial dos RPPS Próprios de Previdência para 45 anos e orienta prefeitos sobre vacância dos cargos com a aposentadoria em RGPS.

A direção da Famurs apresentou na segunda-feira, 9, durante a Assembleia de Prefeitos, o resultado do grupo de trabalho (GT) sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), formado pela federação, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), prefeitos, auditores, atuários e o Conselho dos Secretários Municipais de Fazenda e Finanças (Consef/RS).

Segundo o presidente Salmo, os Regimes Próprios de Previdência dos municípios gaúchos estão com enormes dificuldades de adimplimento das alíquotas suplementares. Foi necessário criar um grupo de trabalho para encontrar medidas que facilitem a sustentação dos regimes de Previdência de todos os municípios.

MINISTÉRIO DA CULTURA, GRUPO BREMIL, GOEMIL E BALDO APRESENTAM:

Artemix
UMA EXPLOÇÃO DE CULTURA PARA TODAS AS IDADES

ENTRADA
FRANCA

12/OUT - 20H

- FAMÍLIA LIMA



TEATRO DA UNIVATES - LAJEADO

15/OUT A PARTIR DAS 10H

- MOSTRA DE ARTES CÊNICAS

- ROCK DE GALPÃO 19H

- BIFE DE BÚFALO 20H

- GRUPO THOLL 21H



RUA COBERTA - ARROIO DO MEIO

DURANTE TODO O DIA

ESPAÇO KIDS: OFICINAS DE DESENHO, PINTURA FACIAL, BIBLIOTECA E
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS. AULÃO DE RITMOS.
MOSTRA DE ARTESANATO, FOOD TRUCKS, BEER TRUCKS.



Realização



Apoio



Patrocínio



Financiamento

MINISTÉRIO DA
CULTURA

